

CONSELHOS DE CLASSE E GESTÃO DA INDISCIPLINA ESCOLAR: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Icaro Arcênio de Alencar Rodrigues¹; Maria José Andreza Gomes²

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Câmpus Campina Grande.
1kikoicaro@hotmail.com; 2andrezamatematicas2@gmail.com.

Resumo: A indisciplina escolar é um fato presente no processo educativo e interfere no desenvolvimento da aprendizagem, fato que demonstra a necessidade de gerir essa problemática complexa e multifatorial. Deste modo surgem os conselhos de classe como ferramenta coletiva pelos quais os comportamentos e os processos pedagógicos podem ser dialogados e discutidos e soluções podem ser propostas. Portanto, essa pesquisa explicativa e de cunho bibliográfico tem como objetivo descrever e analisar formas de gestão de conselhos de classe e como estas influenciam a gestão da (in)disciplina escolar, configurando-se como resultado da fundamentação teórica da pesquisa intitulada de A Interferência dos Processos de Gestão do Conselho de Classe na Gestão da Indisciplina: estudo no Instituto Federal da Paraíba – câmpus Campina Grande. Observou-se que os conselhos de classe se apresentam como um mecanismo de gestão das práticas pedagógicas e, conseqüentemente da indisciplina, ainda mal utilizados, já que a velha prática de tornar o estudante o foco das discussões ainda persiste. As duas pesquisas que abordam a prática de conselhos de classe participativo revelam que estas modalidades de conselhos têm recebido resistência em ser implantadas já que permitem que a comunidade escolar participe do processo, promovendo uma avaliação sobre as práticas pedagógicas, tirando o foco apenas do estudante. Os resultados desta pesquisa também sugerem a necessidade de inserção do modelo de conselho participativo nas instituições educativas. Assim como, destacam a possibilidade de se investigar casos de participação de familiares nos conselhos de classe e suas conseqüências no processo de ensino-aprendizagem e no comportamento dos discentes.

Palavras-chave: Conselhos de Classe, Gestão, Indisciplina.

1 Introdução

Comportar-se de modo diferente das regras de convivência e pedagógicas é um fato comum nas instituições de ensino e influencia a vida educacional. De acordo com dados da TALIS (Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem), no Brasil os professores empregam 20% do tempo disponível para ministração das aulas para manter a ordem no ambiente, diferentemente dos 13% da média dos outros 33 países participantes da pesquisa (OECD, 2014). Esse fato revela que o manejo do comportamento em sala de aula é imprescindível como ferramenta auxiliar no processo ensino-aprendizagem.

Surge, então, a necessidade de se discutir, também, sobre a gestão do comportamento em todo o espaço escolar. Neste contexto, Parrat-Dayán (2009) defende a necessidade da gestão da (in)disciplina para que os estudantes sintam-se seguros no espaço escolar, livres de agressões, ridicularização ou discriminação, do

mesmo modo para que o próprio aluno também exerça os seus deveres como o trato para com os adultos e na aceitação das sanções que derivem de mau comportamento. Ainda, ao tratar da indisciplina na atualidade e a conexão desta com a escola e a Psicologia, Parrat-Dayán (2009) indica que a disciplina escolar deve estar inserida no projeto político pedagógico da escola, com objetivos para além da função normatizadora, mas também com um propósito educacional, de forma que aos discentes seja comunicado o que se espera deles em relação ao desempenho escolar, para que estes, juntamente com a escola, possam assumir suas responsabilidades.

Transcendendo a visão focada no estudante, compreende-se que a indisciplina também pode estar presente nas relações pessoais e nas práticas pedagógicas dos educadores, portanto a indisciplina será abordada, neste trabalho, em uma visão ampliada e multifatorial.

Portanto, essa pesquisa parte do pressuposto que compete à instituição escolar, em sua totalidade, a missão de gerir a (in)disciplina discente, já que os comportamentos dos atores educacionais (estudantes e educadores) interferem diretamente no processo de ensino-aprendizagem que é a incumbência principal da escola. Neste âmbito, apresenta-se o Conselho de Classe que, dentre outras funções, destaca-se como mecanismo coletivo de gestão da (in)disciplina.

Assim, este artigo tem como objetivo central, por meio de uma revisão de literatura, descrever e analisar formas de gestão de conselhos de classe e como estas influenciam a gestão da (in)disciplina escolar, partindo da concepção de conselho de classe na realidade do Instituto Federal da Paraíba, pois se constitui como resultado teórico da pesquisa *A Interferência dos Processos de Gestão do Conselho de Classe na Gestão da Indisciplina: estudo no Instituto Federal da Paraíba – câmpus Campina Grande*, aprovada pelo Programa Interconecta/IFPB; abordando também experiências de gestão destes conselhos em outras instituições nos trabalhos de Mercado (2010) e Lacerda (2013).

2 Metodologia

Este trabalho se caracteriza, quanto aos objetivos, como uma pesquisa explicativa. A pesquisa explicativa tem como objetivo identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos (GIL, 1999).

A pesquisa bibliográfica também caracteriza esta pesquisa. De acordo com Severino (2007) na pesquisa bibliográfica são utilizados dados

ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e que já estão devidamente registrados.

A população constituiu-se de acervo literário disponível, assim como de material disponível em meio eletrônico. A amostra foi composta de 15 fontes de pesquisa, sendo 08 (oito) livros e 07 (sete) outras fontes dentre elas artigos de revistas eletrônicas e de Anais, documento jurídico, documento institucional e monografia de especialização.

Na pesquisa foi utilizada como instrumento a catalogação de fontes que abordam os seguintes assuntos: indisciplina, conselho de classe, processos de gestão. Os dados foram digitados e armazenados em computador com Windows 7, utilizando o programa Microsoft Word 2010.

A pesquisa foi realizada entre os meses de janeiro e julho de 2017. Foram catalogados todos os livros, artigos e trabalhos com referências aos temas propostos. Posteriormente, realizou-se a leitura, análise do material e a confecção de resumos, a fim de estruturar a revisão bibliográfica. Em seguida, a partir da abordagem dos diversos autores, os dados foram analisados e discutidos.

As referências que arranjam este trabalho foram analisadas de acordo com a metodologia para análise de exposições teóricas e segue determinados passos de análise textual: a **delimitação da unidade de leitura** que consiste no estabelecimento de uma seção do texto (capítulos, por exemplo) que forme uma unidade de sentido para que se possa trabalhar sobre ela; a **análise textual** que tem como objetivo propiciar ao leitor uma visão ampliada sobre o raciocínio do autor; a **análise temática** a qual conduz o leitor a encontrar respostas sobre: o assunto, a problematização do assunto e a ideia central defendida pelo autor; a **análise interpretativa** que é a posição própria do leitor sobre as ideias do autor; a **problematização** que visa ao levantamento de problemas para discussão e a **síntese pessoal** (SEVERINO, 2007, grifo nosso).

3 Gestão de Conselhos de Classe e Gestão da Indisciplina

Indisciplina é uma temática bastante presente no cotidiano educacional, uma vez que ela atinge instituições públicas e privadas, além de interferir na prática de diferentes agentes educacionais: o docente, o próprio discente e a família deste, a instituição escolar e os demais educadores que a arranjam. Sendo a indisciplina um fenômeno intrínseco às instituições

educacionais que vem merecendo destaque no atual debate acadêmico.

Para se pesquisar sobre a indisciplina discente no espaço escolar é necessário compreender os diversos pontos que a permeiam. A definição do termo indisciplina é uma questão essencial para que se possa investigá-la. Partindo da definição apontada por Parrat – Dayan (2009), a indisciplina é percebida como uma infração ao regulamento interno, uma falta de civilidade e uma agressão às boas maneiras, e principalmente a manifestação de um conflito. Entretanto, Estrela (1992) ao analisar os significados do termo oposto - disciplina - comenta que é necessário levar em consideração que o conceito desta palavra varia de acordo com o contexto histórico e cultural de cada sociedade, que a trata conforme os padrões em vigor, pois estes influem sobre a forma que a escola gerencia a disciplina.

Portanto, neste trabalho, usa-se o termo (in)disciplina, quando este está associado ao vocábulo gestão, tendo em vista a multiplicidade e complexidade de sentidos atribuídos a ele. Em relação aos aspectos preventivos e de correção, a escola pode atuar sobre a **disciplina**, prevenindo a **indisciplina**; já como fator interventivo para a mudança de comportamento, a escola pode operar sobre a **indisciplina**. Por outro lado, o excesso de **disciplina** pode limitar a participação do estudante em situações em que ele precise expor suas opiniões que vão de encontro à maioria dos colegas e/ou do professor, por exemplo.

Sobre os focos da indisciplina, Vasconcellos (1997) mostra que ela é um processo que agrega muitos fatores: o desinteresse do aluno (proveniente, por exemplo, da influência midiática externa ao ambiente escolar geralmente mais atrativa que a escola); a família que não cumpre com o papel de educar para os limites; a escola que não apoia o professor pedagogicamente e a influência da desorganização da sociedade.

Então como inserir a gestão sobre a (in)disciplina? Ao adotar a definição utilizada por Barceló e Guillot (2013, tradução nossa) que definem gestão como a organização de recursos para que se alcance um resultado eficiente e efetivo, a perspectiva desta pesquisa, no que tange à gestão da (in)disciplina, tem como objetivo focar a contribuição da escola em ações que favoreçam o melhor desempenho do estudante no contexto do processo de ensino-aprendizagem.

Neste sentido, Lück (2009) defende a gestão da disciplina escolar, ao explicar que esta missão está associada ao melhor desempenho na aprendizagem e na formação cidadã do discente. Destaca ainda que a disciplina não equivale ao ensino de um comportamento dócil, silencioso e a ordem, pois nem sempre esses comportamentos são sinônimos de desenvolvimento do estudante, mas associa a

disciplina ao estímulo à capacidade de apreensão e resolução de problemas que envolvem determinados objetivos.

No mesmo contexto, Cury (2007) enfatiza que a escola assume a missão de oferecer o ensino como um bem público, distinguindo-a de uma empresa de produção ou uma loja de vendas. O autor define o termo gestão como levar sobre si, carregar, executar, gerar, comparando a ação de gerir com a de gestação, pois ambas trazem dentro de si um novo ente. Deste modo, a gestão da instituição escolar deve ser caracterizada pela gestão democrática, tendo o diálogo como ferramenta basal. Assim, a gestão escolar precisa assumir uma postura metodológica que abrange um ou mais interlocutores, que se interrogam com paciência na busca por respostas para o exercício da arte de gerir (CURY, 2007). Neste aspecto, Paro (2010) discorre que a coordenação das ações escolares pode ser também executada por meio de conselhos e representantes. Reforça-se, então, o Conselho de Classe como uma instância coletiva e democrática para a gestão das questões escolares, neste caso a (in)disciplina.

Mediante as definições e a aplicação dos termos gestão e administração, compreende-se que a gestão/administração da (in)disciplina não é equivalente à repressão ou autoritarismo, de modo a desconsiderar a autonomia de pensamento e ação dos estudantes, mas um meio de educar os jovens e os educadores a conduzir o próprio comportamento para que este contribua de forma eficaz com o processo de ensino-aprendizagem. Revela-se a função democrática e dialógica em que a gestão/administração escolar está inserida. Conteúdos e comportamentos se entrelaçam neste aspecto da gestão escolar.

A única instância colegiada, no Instituto Federal da Paraíba (IFPB), que tem como finalidade a avaliação do processo de ensino-aprendizagem e a tomada de decisões neste aspecto é o Conselho de Classe. De modo formal, define-se Conselho de Classe como um instrumento de avaliação do desempenho do estudante que propicia a tomada de decisões sobre que caminhos a escola deve seguir para que ele obtenha resultados satisfatórios face ao processo de ensino-aprendizagem. No âmbito do IFPB, o Conselho de Classe deve ocorrer, obrigatoriamente, ao final de cada bimestre letivo. A avaliação do desempenho do discente, proposta por este conselho, inclui as seguintes características: o domínio do conhecimento; a capacidade de superação de dificuldades de aprendizagem; a participação do discente, que engloba o interesse, o compromisso e o envolvimento e atenção às aulas; a participação nos Núcleos de Aprendizagem; a pontualidade nas entregas das atividades escolares; frequência escolar; iniciativa sobre estudos adicionais

relacionados às disciplinas; e o relacionamento interpessoal (IFPB, 2014).

Este órgão é composto pelo Coordenador do Curso, todos os docentes da turma em análise, um representante da COPED, um representante da CAEST e um representante da turma que está sendo avaliada. O Conselho de Classe tem como objetivos: analisar de forma sistemática o processo de ensino-aprendizagem; propor medidas alternativas visando à melhoria da aprendizagem; analisar e discutir sobre o desempenho acadêmico do estudante e deliberar sobre a situação final do estudante, quando se refere ao Conselho de Classe Final (IFPB, 2014). Acrescenta-se que a Diretoria de Ensino e a Direção de Ensino Técnico também acompanham o referido processo.

Ampliando a perspectiva do Conselho de Classe, a proposta de Freinet para os conselhos de classe foca a participação cidadã e democrática. Por meio de reuniões semanais, os estudantes e professores tratam sobre o plano de trabalho coletivo e individual, nos quais se avaliam os conteúdos curriculares, levando em consideração o conhecimento trazido pelo aluno; avaliam qualitativamente a aprendizagem; discutem-se os conflitos em sala de aula; avaliam o ritmo do trabalho e o processo de cooperação em sala; tomam decisões e se estabelecem os critérios de acompanhamento para a execução destas ações. Portanto, no âmbito deste conselho de classe, propicia-se a livre expressão e a escuta do outro; o conhecimento da realidade daqueles que compõem o espaço da sala de aula e a criação coletiva de um código de normas, além de fomentar a auto e a hetero-avaliação (MORAIS, 1997).

Ante ao desafio de contribuir para o desenvolvimento intelectual dos estudantes e para um ambiente adequado para um convívio saudável no ambiente escolar, emerge o papel do Conselho de Classe, que se propõe a avaliar periodicamente o processo de ensino-aprendizagem e os fatores que o interferem. Busca-se, agora, observar como são desenvolvidos tais conselhos.

Ampliando um pouco o campo da teoria, serão apresentadas na próxima sessão duas pesquisas de campo sobre conselho de classe que versam sobre suas perspectivas e o seu modo de funcionamento. Embora se saiba que o conselho já é um mecanismo instaurado nas escolas em questão, percebe-se que os modos de atuação são distintos, assim, a intenção em apresentar este tópico é buscar melhores subsídios que possam vir a auxiliar as indagações deste trabalho sobre a importância do conselho.

3.1 Pesquisas sobre experiências em Gestão de Conselhos de Classe: implementação de conselhos de classe participativos

Na construção do referencial teórico foram analisados trabalhos que pudessem auxiliar a compreensão da dinâmica do conselho de classe, na perspectiva de experiências em outras instituições. Assim, apresenta-se os resultados de investigações neste campo.

O trabalho de Mercado (2010) teve como objetivo mostrar o papel do coordenador pedagógico na preparação do conselho de classe participativo, enfatizando em certos momentos a importância desse membro e também expondo como o trabalho do coordenador é visto e como na prática ele deve funcionar. A autora usou de sua experiência como coordenadora para analisar e refletir sobre essa nova perspectiva de conselho participativo que estava sendo introduzida na escola.

Na preparação para o conselho, foi organizado pela equipe gestora um roteiro visando à participação da comunidade escolar nas reuniões. Este plano era composto de algumas etapas que seriam executadas antes e durante as reuniões. O roteiro indicava que de início fosse feita uma votação para escolha dos alunos representantes e do professor orientador de cada turma. As demais etapas se configuraram como: sensibilização com os professores; discussões sobre as decisões do conselho de classe anterior; participação dos alunos representantes de cada turma; discussão sobre os relatos dos alunos; deliberação acerca dos problemas apresentados e avaliação do conselho de classe (MERCADO 2010).

Considera-se que essa parte do trabalho que descreve a proposta de encaminhamento do conselho de classe torna o processo de execução deste conselho mais prático, pois justamente foram elencadas diretrizes que deram mais significância às reuniões, além de apresentarem um direcionamento mais preciso para as discussões acerca dos elementos envolvidos.

Durante o processo de preparação, a autora destaca a postura de responsabilidade e maturidade tomada pelos alunos. Estes ficaram responsáveis por repassar para os demais estudantes sobre a dinâmica que seria executada na reunião do conselho de classe e juntos fizeram levantamentos sobre dificuldades de aprendizagem pertinentes a cada disciplina, reivindicações e também sugestões. Esses pontos foram levados para reuniões do conselho. Por outro lado, a autora também evidenciou a resistência que alguns professores e funcionários desencadearam durante a inserção dessa nova perspectiva. Uma das alegações é que este mesmo grupo não entendia o porquê de os

alunos participarem das reuniões e mais ainda pelo fato de os estudantes poderem falar abertamente sobre cada professor e sua metodologia. Nota-se, que o fato que causava conflito consistia no receio dos professores também serem avaliados (MERCADO, 2010).

Observa-se, então, que o usual era professor avaliar o aluno e não o oposto, porém perdeu-se esse aspecto no momento em que foi introduzido o conselho participativo e democrático, pois as reclamações, opiniões, sugestões de toda a comunidade escolar tornaram-se de interesse em um contexto geral, já que interferem diretamente no processo de ensino e aprendizagem como um todo.

Nas interações entre as partes integrantes dessa pesquisa houve estudo e discussões para mostrar a importância do conselho participativo e democrático, além de ser incentivado o envolvimento e a participação de todos no processo educacional. Os alunos foram colocados como personagens principais desta história por estarem expressando suas ideias, enfim, por estarem participando de maneira ativa. Os professores também fizeram uma autoavaliação sobre as suas práticas e condutas. É dada ênfase ao fato de que, os objetivos a serem atingidos com as discussões não estavam pautados apenas na avaliação quanto ao rendimento escolar de cada aluno, mas também para o ensino-aprendizagem de modo global (MERCADO, 2010). De maneira geral faz-se necessário que cada componente que forma o conselho de classe entenda a importância da sua participação nesse processo, além de compreender que as responsabilidades são intransferíveis.

Em outro campo, apresenta-se a pesquisa feita por Lacerda (2013), que é um estudo de caso com foco qualitativo, no qual se descrevem os desafios da gestão pedagógica na implantação de um conselho de classe participativo. Deste modo, os objetivos se apresentam como: conhecer a função exercida pela gestão pedagógica, identificar o papel do conselho frente a essa gestão e identificar as barreiras da gestão participativa (LACERDA, 2013).

Na metodologia empregada pela autora foram utilizados como instrumentos de coleta de informações os seguintes itens: observação direta dos conselhos de classe, análise documental do PPP (Projeto Político Pedagógico) e das Atas das reuniões de conselhos anteriores, entrevistas com a equipe gestora e questionário com os professores. Quanto a cada item desse, objetivou-se mais especificamente averiguar o procedimento dos responsáveis envolvidos na gestão pedagógica sobre as possíveis dificuldades da aprendizagem e a indisciplina nas salas de aula, assim como o modo de solucionar estes problemas. Logo, a pesquisadora fez ainda uma análise das Atas dos conselhos de classe referentes ao 1º bimestre do ano de 2012 e também do PPP, comparando

ambos, com as observações dos conselhos, a entrevista e o questionário realizado com os professores (LACERDA, 2013).

A observação dos conselhos de classe estava centrada na análise das posturas e o parecer de coordenadores e docentes; mediante resultados educativos e quanto à atitude tomada pelos respectivos coordenadores sobre a fala dos docentes (LACERDA, 2013).

A pesquisa foi realizada com quatorze (14) indivíduos os quais eram: professores, coordenador, diretor e vice-diretor. A mesma foi realizada em uma instituição que dispunha de trinta e oito (38) turmas do Ensino Médio, configurando-se, assim, como um vasto campo de pesquisa (LACERDA 2013).

A pesquisadora relata que encontrou poucos educadores dispostos a colaborar com a sua pesquisa, além de ter tido de início dificuldades no acesso ao PPP da escola e no momento das entrevistas. Embora deixe isso constatado, ela afirma ainda que conseguiu cumprir com todas as etapas. Foi relatado o porquê do uso desses instrumentos no trabalho: o PPP foi analisado com a intenção de subsidiar as perguntas das entrevistas; as análises das Atas serviram para investigar se o que havia nelas ia de acordo com a tomada de decisões da equipe gestora e se elas contribuíram na intervenção dos problemas disciplinares, na interação professor-aluno e nas dificuldades de aprendizagem (LACERDA, 2013).

Lacerda (2013) revela, através da sua experiência, que sempre eram alguns determinados professores que participavam das reuniões, assim como os novatos e contratados, na maioria das vezes, não se pronunciavam. As Atas também mostraram que alguns dos professores participavam sem nenhum tipo de colaboração e envolvimento com a gestão pedagógica. Dentre as propostas e sugestões feitas pelos professores participantes, verificou-se dificuldades no enfrentamento da indisciplina e das dificuldades de aprendizagem, sendo estes dois pontos os grandes desafios da gestão pedagógica. Nas Atas também se encontravam críticas por parte dos alunos há alguns professores (LACERDA, 2013).

Em um dos relatos apresentado por um gestor, verificou-se que há uma postura de isolamento entre a equipe gestora e os professores. Ele ainda fala do excesso de funções e da má divisão das tarefas. Os professores, por outro lado, afirmaram em meio algumas respostas sobre a necessidade de os demais colegas de profissão participarem das reuniões, além de ficar evidenciado por um dos coordenadores que uma parte dos professores não colaboram com a direção e ainda transferem suas responsabilidades para outros (LACERDA 2013).

Após a análise das Atas constatou-se que as mesmas não serviram para contribuir com o processo educativo durante os conselhos, nem para fundamentar as discussões nas coordenações. Os resultados da pesquisa demonstram que não há trabalho em conjunto na escola, no entanto houve uma concordância entre a equipe gestora e os professores ao relatarem a ausência dos pais nas reuniões e ainda os mesmos confessam que não há um incentivo quanto a participação desses responsáveis pelos discentes no que diz respeito às decisões do conselho (LACERDA 2013).

No que tange os resultados das entrevistas, dentre algumas falas, observou-se de uma das gestoras, que ela destaca que a escola não trabalha de maneira coletiva (LACERDA 2013).

O fato é que o conselho de classe embora sendo algo já formalizado, cada instituição de ensino tem a sua própria forma de conduzi-lo, porém isso não exclui o seu caráter primordial de se trabalhar em conjunto com vistas na participação de todos que compõem a escola dentro e fora dela.

Vale ressaltar a importância de um conselho de classe participativo representado a partir destes dois trabalhos aqui estudados. Faz-se necessário que todos os envolvidos neste espaço deem sua contribuição de modo a tornar o ambiente mais propício a uma educação significativa, onde problemas como a indisciplina escolar sejam solucionados em conjunto com os atores educacionais: professor, gestão, responsáveis pelos discentes, coordenador disciplinar e todos que conhecem o público-alvo.

Além do mais, as duas pesquisas ajudam a buscar um entendimento mais aprofundado sobre o conselho de classe. O dinamismo utilizado pelas duas instituições dá um aporte teórico sobre como na prática isso funciona. No entanto, não revelam os acontecimentos pós-conselho, que seriam de grande utilidade no sentido de que se pudesse verificar os resultados e como são executadas as propostas deliberadas nas reuniões.

A Educação e os processos de gestão têm muito a dialogar sobre a gestão da (in)disciplina escolar, e promover este encontro de discussão se faz necessário no atual contexto do Brasil. Explorar campos ainda escassos é importante para se possibilitar o desenvolvimento e a implementação de programas que visem à melhoria da escola, afinal, o ambiente escolar, além de ensinar conteúdos, é um espaço de interação, importante na formação da autonomia do sujeito e na sua maneira de se posicionar diante do outro, como acrescenta Freire (1996) que a criatividade é decorrente da curiosidade que move e que põe a

humanidade pacientemente impaciente diante do mundo com o intuito de acrescentar a ele algo.

4 Considerações Finais

Os conselhos de classe se apresentam como um mecanismo de gestão das práticas pedagógicas e, conseqüentemente da indisciplina, ainda mal utilizado, já que a velha prática de tornar o estudante o foco das discussões ainda persiste. A adesão ao conselho de classe participativo parece ser uma estratégia pertinente para que a comunidade escolar possa ter voz permanente no processo de avaliação do contexto escolar como um todo.

Observa-se também a necessidade de que os instrumentos de registro dos Conselhos, as Atas, possam representar um conteúdo histórico em que as ações pedagógicas e as relações interpessoais possam continuamente ser reavaliadas.

Os resultados desta pesquisa sugerem a necessidade de inserção do modelo de conselho participativo nas instituições educativas. Assim como, destacam a possibilidade de se investigar casos de participação de familiares nos conselhos de classe e suas conseqüências no processo de ensino-aprendizagem e no comportamento dos discentes.

Referências

BARCELÓ, Miguel; GUILLOT, Sergi. **Gestión de proyectos complejos: una guía para la innovación y el emprendimiento**. Madrid: Ediciones Pirámide, 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Goiânia, v. 3, n. 3, p. 483-495, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19144/11145>>. Acesso em 13 fev. 2017.

ESTRELA, M. T. **Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula**. Portugal: Porto Editora. 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. (IFPB). **Regimento do Conselho de Classe – Cursos Técnicos Integrados**. 2014. Disponível em:

<https://editor.ifpb.edu.br/campi/guarabira/arquivos/documentos/Regimento_do_Conselho_d_e_Classe.pdf/view>. Acesso em 21 fev. 2017.

LACERDA, Vilma de Oliveira Chaves. **Políticas educacionais: a gestão pedagógica do conselho de classe participativo numa instituição educativa da rede pública de ensino do DF**. Brasília, DF: 2013. Originalmente apresentado como monografia para Especialização em Coordenação Pedagógica, Universidade de Brasília, UnB, 2014. Disponível em <<http://bdm.unb.br/handle/10483/8870>>. Acesso em 13 maio de 2017.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

MERCADO, Elizangela. O papel do coordenador pedagógico como articulador do processo ensino e aprendizagem: reflexões sobre o conselho de classe. In: V Encontro de Pesquisa em Educação de Alagoas (V EPEAL), 2010, Maceió. **Anais ...** Maceió: UFAL, 2010, p. 1 – 16. Disponível em: <<http://dmd2.webfactional.com/media/anais/O-PAPEL-DO-COORDENADOR-PEDAGOGICO-COMO-ARTICULADOR-DO-PROCESSO-ENSINO-E-APRENDIZAGEM-REFLEXOES-SO.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

MORAIS, Maria de Fátima. A Pedagogia de Freinet e a Formação da Cidadania. In: MORAIS, Maria de Fátima (Org.). **Freinet e a escola do futuro**. Recife: Bagaço, 1997.

OECD. **New Insights from TALIS 2013: Teaching and Learning in Primary and Upper Secondary Education**. OECD Publishing, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264226319-en>>. Acesso em 10 fev. 2015.

PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 763-778, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n3/v36n3a08>>. Acesso em 13 fev. 2017.

PARRAT-DAYAN, Silva. **Como enfrentar a indisciplina na escola**. São Paulo: Contexto, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Os desafios da indisciplina em sala de aula e na escola**. Série Idéias, n. 28. São Paulo: FDE, 1997. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_28_p227-252_c.pdf>. Acesso em: 22 maio 2009.